

OS ACIDENTES AMBIENTAIS E A TUTELA DO CONSUMIDOR: PARTICULARIDADES E INTERCESSÕES

ENVIRONMENTAL ACCIDENTS AND CONSUMER PROTECTION: PARTICULARITIES AND INTERSECTIONS

GUSTAVO TEPEDINO

Professor Titular de Direito Civil e ex-diretor da Universidade
do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Advogado.
gt@tepedino.adv.br

PAULA GRECO BANDEIRA

Professora Adjunta de Direito Civil da UERJ. Advogada.
pgb@tepedino.adv.br

CAMILA HELENA MELCHIOR BAPTISTA DE OLIVEIRA

Doutoranda e Mestre em Direito Civil pela UERJ. Advogada.
cbo@tepedino.adv.br

Recebido em: 29.04.2025.

Aprovado em: 23.06.2025.

ÁREA DO DIREITO: Ambiental; Consumidor

RESUMO: O presente trabalho objetiva analisar os contornos e limites da responsabilidade civil por acidentes ambientais, notadamente à luz da pluralidade de fontes normativas com pertinência ao tema – em especial o Código de Defesa do Consumidor, a Lei Ambiental e o Código Civil –, sem prescindir de sua necessária harmonização, com base na unidade e complexidade do ordenamento. Para tanto, tendo por base a metodologia civil-constitucional, propõe-se exame crítico da figura do denominado "consumidor por equiparação" e, com base em pesquisa doutrinária e jurisprudencial, examinam-se casos ilustrativos da temática. O estudo corrobora a necessária concretização da

ABSTRACT: This study aims to analyze civil liability for environmental accidents, particularly in light of the plurality of normative sources relevant to the subject—especially the Consumer Protection Code, Environmental Law, and the Civil Code—while ensuring their necessary harmonization, based on the unity and complexity of the legal system. To this end, adopting a methodology that takes into account the Constitution as a guiding parameter for Private Law ("civil-constitucional"), a critical examination of the so-called "consumer by assimilation" is proposed. Based on legal literature and case law research, decisions on the subject are examined. The study reinforces the need

reparação do dano ambiental – não a partir da distorção de importantes categorias e institutos do direito, mas – com base na essencial harmonização entre as diversas fontes que o regulam, sob a perspectiva funcional.

PALAVRAS-CHAVE: Acidente ambiental – Consumidor – Acidente de consumo – Fontes normativas – Responsabilidade civil.

for effective environmental reparation—not through the distortion of important legal categories and institutions, but rather through the essential harmonization of the various regulatory sources from a functional perspective.

KEYWORDS: Environmental Accident – Consumer – Consumption Accident – Legal Sources – Civil Liability.

SUMÁRIO: Introdução. 1. A necessária harmonização de fontes normativas: o CDC e a Lei Ambiental. 2. Caracterização das relações de consumo. Exame crítico da figura do consumidor por equiparação. 3. Aplicabilidade indiscriminada do CDC aos acidentes ambientais: estudo de casos. Conclusão. Referências bibliográficas.

INTRODUÇÃO

No crescente desenvolvimento econômico da denominada sociedade tecnológica, proliferaram, de modo aparentemente descontrolado, os grandes desastres ambientais. A preocupação do legislador, da jurisprudência e da doutrina volta-se, assim, aos instrumentos jurídicos, por vezes insuficientes, destinados a reparar os danos ambientais, cujos efeitos se protraem no tempo. Perpetrado o dano ambiental, não há garantia de que seja possível o retorno ao *status quo* anterior à prática do ato lesivo, mesmo após muitas décadas do evento danoso.¹

Nesse cenário, a responsabilidade civil por danos ambientais tem em mira a reparação do dano ambiental coletivo, referente ao ecossistema em si considerado, e dos danos ambientais individuais que decorrem do dano ambiental, sofridos pela pessoa humana atingida em sua esfera patrimonial e existencial. Diversas fontes normativas regulam a responsabilidade objetiva do agente que deu causa ao desastre ambiental, o denominado poluidor. Têm-se notadamente a Constituição Federal, o Código Civil e a Política Nacional do Meio Ambiente (“PNMA” ou Lei 6.938/1981).

1. Na doutrina: “Um sistema ecológico é um complexo arranjo de interações e conexões naturais. Os resultados dessas interações que se encadeiam e correlacionam são, por vezes, imprevisíveis e o tempo para que o resultado de uma ação lesiva ambientalmente se faça sentir não é sempre mensurável e muito menos imediato” (TINOCO, Livia Nascimento. Ação civil de reparação ambiental e prescrição sob a perspectiva do pacto transgeracional constitucional. In: ROCHA, João Carlos de Carvalho; HENRIQUES FILHO, Tarcísio Humberto Parreiras; CAZETTA, Ubiratan. *Política nacional do meio ambiente: 25 anos da Lei n. 6.938/81*. Belo Horizonte: Del Rei, 2007. p. 324).

equilibrado (arts. 170, VI, e 225, CF), o direito à saúde (art. 6º, CF) e os direitos do consumidor (arts. 5º, XXXII, e 170, V, da CF).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOBBIO, Norberto. *Teoria dell'ordinamento giuridico*. Torino: Giappichelli Editore, 1960.
- CALIXTO, Marcelo Junqueira. Ainda o conceito de consumidor: breves considerações a partir de dois julgados do Supremo Tribunal Federal. In: MARTINS, Guilherme Magalhães (Coord.). *Temas de direito do consumidor*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- FONSECA, Patricia Galindo da. *Direito do consumidor: estudo comparado Brasil-Quebec*. Niterói: Eduff – Editora da Universidade Federal Fluminense, 2017.
- GIANCOLI, Brunno Pandori. Direito do consumidor. In: ARAUJO JR., Marco Antonio et al. (Coords.). *Coleção elementos do direito*. São Paulo: Ed. RT, 2015. v. 16.
- GRINOVER, Ada Pellegrini; BENJAMIN, Antônio Herman de V. et al. *Código brasileiro de defesa do consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto*. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.
- OLIVA, Milena Donato. Desafios contemporâneos da proteção do consumidor: codificação e pluralidade de fontes normativas. *Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil*, v. 16, abr.-jun. 2018.
- PERLINGIERI, Pietro. *La persona e i suoi diritti: problemi del diritto civile*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 2005.
- PERLINGIERI, Pietro. *O direito civil na legalidade constitucional*. Trad. Maria Cristina de Cicco. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.
- SOUZA, Sylvio Capanema de; WERNER, José Guilherme Vasi; NEVES, Thiago Ferreira Cardoso. *Direito do consumidor*. Rio de Janeiro: Forense, 2018.
- TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; KONDER, Carlos Nelson. Situações jurídicas dúplices: controvérsias na nebulosa fronteira entre patrimonialidade e extrapatrimonialidade. In: TEPEDINO, Gustavo; FACHIN, Luiz Edson (Orgs.). *Diálogos sobre direito civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2012. v. III.
- TEPEDINO, Gustavo. A aplicabilidade do Código Civil nas relações de consumo: diálogos entre o Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor. In: LOTUFO, Renan; MARTINS, Fernando Rodrigues (Coords.). *20 anos do Código de Defesa do Consumidor: conquistas, desafios e perspectivas*, São Paulo: Saraiva, 2011.

- TEPEDINO, Gustavo. As relações de consumo e a nova teoria contratual. In: TEPEDINO, Gustavo. *Temas de direito civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.
- TEPEDINO, Gustavo. Esboço de uma classificação funcional dos atos jurídicos. *Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil*, v. 1, n. 1, jul.-set. 2014.
- TEPEDINO, Gustavo. Normas constitucionais e direito civil na construção unitária do ordenamento. In: TEPEDINO, Gustavo. *Temas de direito civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2009. t. III.
- TEPEDINO, Gustavo. O direito civil-constitucional e suas perspectivas atuais. In: TEPEDINO, Gustavo. *Temas de direito civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2009. t. III.
- TEPEDINO, Gustavo. O inquietante retorno de doutrinas maximalistas. Editorial. *Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil*, v. 33, n. 2, abr.-jun. 2024.
- TEPEDINO, Gustavo. Os contratos de consumo no Brasil. In: TEPEDINO, Gustavo. *Temas de direito civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. t. II.
- TEPEDINO, Gustavo. Premissas metodológicas para a constitucionalização do direito civil. In: TEPEDINO, Gustavo. *Temas de direito civil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. t. I.
- TEPEDINO, Gustavo; BARBOZA, Heloisa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin de. *Código Civil interpretado conforme a Constituição da República*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2012. v. 2.
- TEPEDINO, Gustavo; OLIVA, Milena Donato. *Fundamentos do direito civil: teoria geral do direito civil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. v. I.
- TEPEDINO, Gustavo; PEÇANHA, Danielle Tavares. Afirmção da posse como direito autônomo e sua função social no direito brasileiro. *Revista Direito da Cidade*, v. 16, 2024.
- TINOCO, Livia Nascimento. Ação civil de reparação ambiental e prescrição sob a perspectiva do pacto transgeracional constitucional. In: ROCHA, João Carlos de Carvalho; HENRIQUES FILHO, Tarcísio Humberto Parreiras; CAZETTA, Ubiratan. *Política nacional do meio ambiente: 25 anos da Lei n. 6.938/81*. Belo Horizonte: Del Rei, 2007.



PESQUISA DO EDITORIAL



ÁREA DO DIREITO: Ambiental; Consumidor

Veja também Doutrina relacionada ao tema

- Desastre ambiental de Mariana: a incidência do regramento consumerista e seus impactos sobre o tratamento jurídico das vítimas privadas do acesso à água, de Patricia Antunes Laydner – *RDA* 100/637-656; e
- Os impactos das enchentes gaúchas nas relações de consumo: uma análise a partir da prática abusiva de elevação de preço em contextos climáticos, de Débora Bós e Silva, Cleide Calgaro e Ricardo Maurício Freire Soares – *RDC* 154/15-35.

Veja também Jurisprudência relacionada ao tema

- TJRJ, CComp 0012291-71.2016.8.19.0000, Órgão Especial, j. 02.05.2016, *DJe* 05.05.2016;
- TJMG, AgIn 1.0000.24.466471-0/002, 20ª Câmara Cível, j. 17.07.2025, *DJe* 18.07.2025; e
- TJES, AgIn 5009328-30.2024.8.08.0000, 2ª Câmara Cível, j. 05.06.2025, *DJe* 05.06.2025.